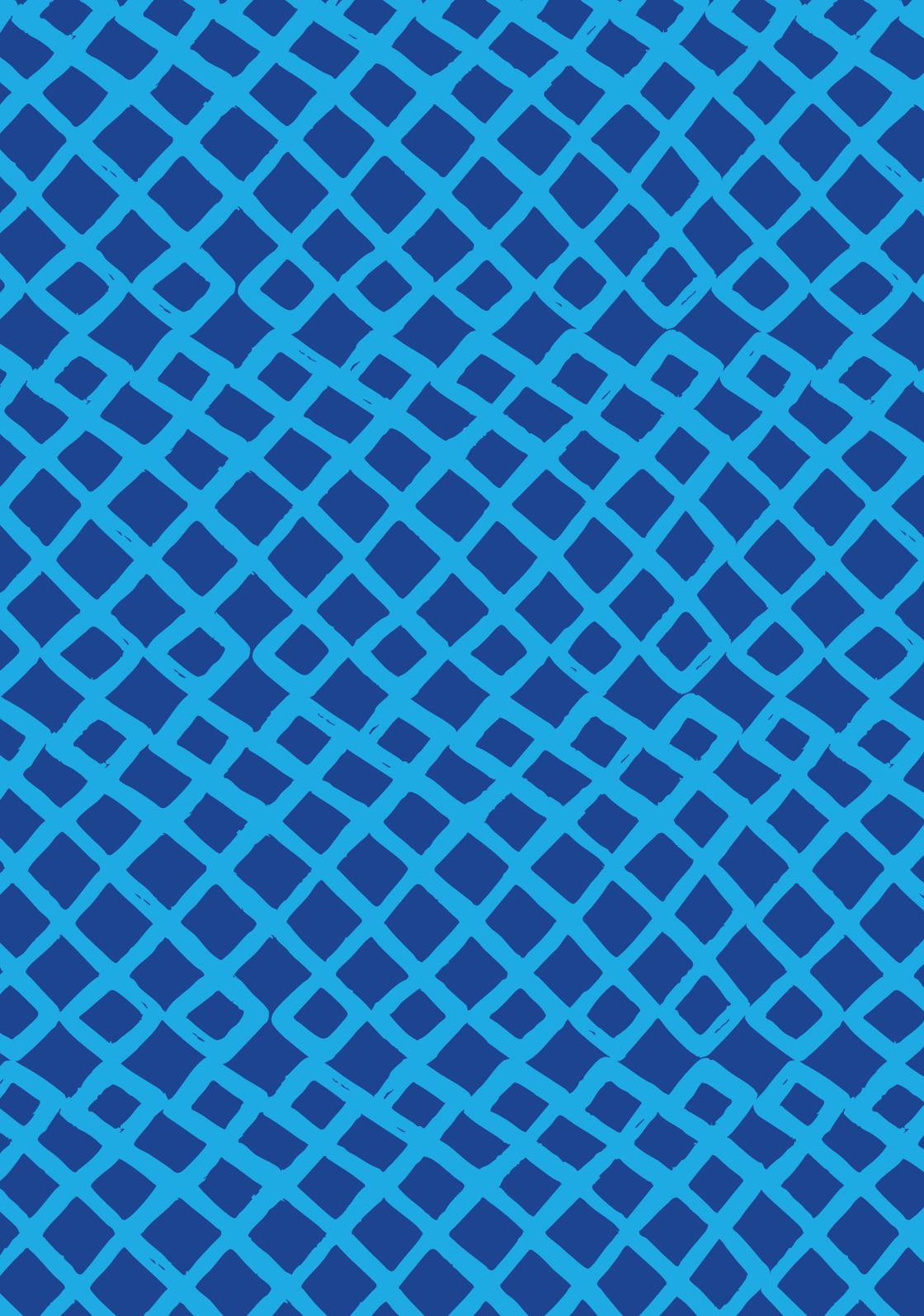


PROTOCOLO DE CONSULTA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA LAGOA DOS PATOS / RS

*Documento elaborado e aprovado pelas comunidades
tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos em 30/05/2025*







Poema a Lagoa e o Pescador

Grande Lagoa dos Patos
E a sua produção
Na criação de peixes e também de camarão



Pescadores que vão pra Lagoa
Para trazer seu sustento
Com muita esperança com amor e seu talento

Pescadores da Torotama e de outras localidades
Que saem para pescaria com muita dificuldade
Para alimentar sua família e o povo da cidade

Pescador que sai para Lagoa
Tem que ter experiência passa fome passa frio mas não perde sua
essência

Pescadores e Pescadoras
Que trabalham sem parar para trazer o peixe pra família sustentar

Obrigado senhor minha gratidão por ter sempre nas redes dos
Pescadores peixe e camarão

Agora vou encerrando os meus versinhos rimados a todos
Pescadores e Pescadoras um abraço apertado

Com carinho, **Arlete Borges**

A pescadora artesanal Arlete Souza Borges, é natural da Ilha da Torotama, tem 54 anos, e escreve poemas desde os 9 anos. Arlete conta que desde então vê em seus poemas uma forma de expressar seu amor.



Sumário

Apresentação 3

Quem somos? 5

Por que defendemos a Lagoa dos Patos? 11

Com base em quê defendemos a Lagoa dos Patos? 13

Como construímos o nosso protocolo de consulta? 14

O que queremos? 15

Sobre o que queremos ser consultadas? 17

Como deve ser o processo de consulta? 19

Quais as etapas da consulta? 21

1. Recebimento da proposta • 21
2. Reuniões explicativas iniciais • 24
3. Reuniões de mobilização dos pescadores e pescadoras • 24
4. Reuniões informativas nas comunidades • 25
5. Reuniões internas • 25
6. Reuniões de diálogo e decisão • 26
7. Acompanhamento das decisões das comunidades após as consultas • 27

Todas as propostas passam por todas as etapas? 29

Como funciona a consulta quando se trata de projetos de pesquisa e de extensão universitária? 30

Considerações finais 32

Anexo: Termo de compromisso de projeto de pesquisa ou extensão • 33

Apêndice: Expediente • 35

Apêndice: Equipe Técnica do Projeto “ValorizAção das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” envolvida no apoio à produção do documento • 36

Apresentação

Nosso documento é resultado do processo de autorreconhecimento, debate e valorização entre as comunidades tradicionais pesqueiras que sustentam seu modo de viver a partir da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e que a reconhecem como seu território pesqueiro.

Diante das diferentes ameaças de **agentes externos**, públicos e privados, que ora são proponentes, ora são ineficientes e omissos, decidimos construir estratégias em solidariedade ao nosso povo e de defesa do nosso modo de vida tradicional.

Nós realizamos 28 oficinas envolvendo 44 comunidades pesqueiras localizadas em 14 municípios, entre os anos de 2023 e 2025, com o apoio do **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)**, do **Fórum da Lagoa dos Patos**, do **Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos (Fórum Delta do Jacuí)** e da **Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**.

Nós nos reconhecemos enquanto **comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais** e, como **povo das águas da Lagoa dos Patos**, reivindicamos nossos direitos, previstos em leis e normativas nacionais e internacionais, dentre eles os que garantem à **consulta livre, prévia, informada e consentida** sobre **qualquer proposta que envolva o nosso território**, tanto na **água**, quanto em **terra**.



Agentes externos: Pessoas físicas e jurídicas que não fazem parte do nosso dia-a-dia, que não provém do nosso convívio comunitário, ainda que estejam presentes nos nossos territórios. Alguns exemplos desses agentes externos são as instituições governamentais - municipais, estaduais e federais – as universidades, as instituições de pesquisa, pesquisadores(as), organizações da sociedade civil e outras organizações não governamentais e empresas, incluindo aquelas que prestam consultoria.

Proposta: Qualquer ideia, projeto, atividade econômica objeto de licenciamento ambiental ou não, serviço, norma, regra, política pública, entre outros, com potencial de produzir impactos, negativos ou positivos, sobre nossos modos de vida e nossos territórios.

Quem somos?

Nossas comunidades possuem histórias e memórias sobre nossas origens, sobre a vida na Lagoa dos Patos e sobre o que ela representa para nós. Temos vivido da pesca artesanal tradicionalmente, praticando diferentes tipos de pescarias, em diferentes safras, em harmonia com os ciclos da natureza, e muitas vezes articulando outras atividades, como a agricultura de subsistência. A comunidade mais antiga tem mais de 300 anos e muitas de nossas comunidades se formaram a partir de outros territórios pesqueiros, como a Lagoa Mirim ou mesmo de outras comunidades da Lagoa dos Patos.

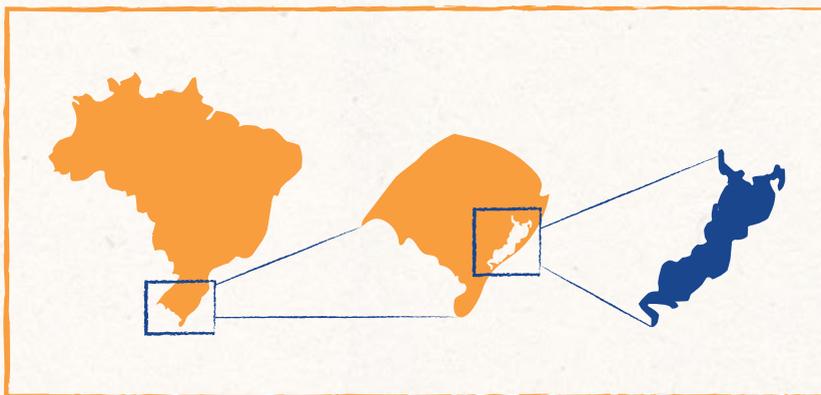
Somos **pescadores e pescadoras artesanais autodeclarados(as), reconhecidos(as) como comunidades tradicionais** e fazemos parte de um único **povo das águas da Lagoa dos Patos**.

Estamos distribuídos em mais de 73 comunidades tradicionais pesqueiras que ocupam 18 municípios: Arambaré, Barra do Ribeiro, Capivari do Sul, Camaquã, Eldorado do Sul, Guaíba, São Jerônimo, Mostardas, Palmares do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tapes, Tavares, Triunfo e Viamão, onde, segundo dados oficiais de 2025, somos, pelo menos, 4.627 pescadores homens e 2.451 pescadoras mulheres que exercem profissionalmente a pesca. Estamos distribuídos(as) às margens da Lagoa dos Patos e junto ao Delta do Jacuí e ao Lago Guaíba. **A Lagoa dos Patos é nosso território!**

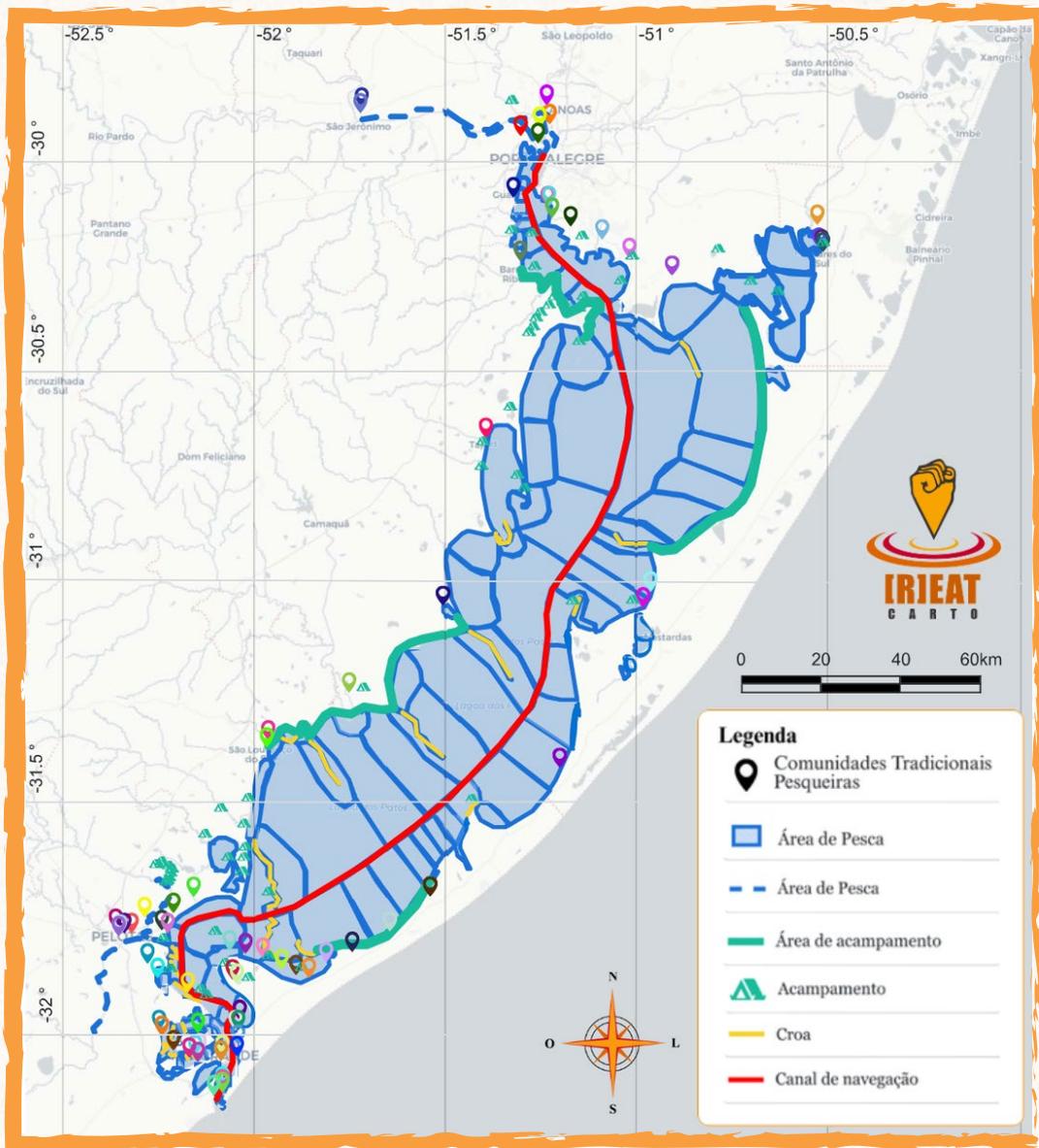
Nossas comunidades têm suas práticas organizadas pelos saberes de nossos antepassados, que envolvem produzir e reparar os petrechos de pesca, a construção e manutenção das embarcações, a captura de uma série de espécies e o preparo do alimento. São saberes que se destinam a produção de alimentos de qualidade! Temos festividades e religiosidades próprias e muitas de nossas comunidades se organizam em torno de times e campeonatos de futebol, entre diversas outras atividades culturais.

O tipo de pesca que realizamos tem relação com a localização de cada uma de nossas comunidades e com a dinâmica dos recursos pesqueiros, movimentação dos cardumes e condições na natureza, fato que toda a Lagoa integra nosso território, incluindo as porções em terra, onde se localizam nossas moradias e nossos acampamentos. Na porção lagunar, pescamos bagre, bagre guri, birú, cará, cascudo, carpa, corvina, dourado, grumatã, jundiá, lambari, linguado, maria luiza, palometa (piranha), piava, peixe-rei, pescada, pescadinha, pintado, robalo, tainha, tambica (branca), tilápia, traíra, violinha e voga. Já na porção estuarina, pescamos abrótea, anchova, anjo, baiacu, bagre, borriquete (miraguaia), camarão, carpa, cação, cascote, cascudo, corvina, garoupa, grumatã, jundiá, linguado, madinho (cabeça-seca), palometa, pampo, papa-terra, peixe-rei, peixe-espada, pescadinha, piava, pintado, robalo, sardinha, savelha, siri, tainha, tambica, tilápia, traíra, viola, violinha e voga. Anjo, bagre, borriquete (miraguaia), cação, dourado, lambari e viola são historicamente importantes para nós, mas atualmente estamos proibidos(as) de pescar, sem que nos consultassem.

Apesar de nossas comunidades terem diferentes processos de formação, elas se articulam, tanto no que diz respeito à migração entre elas - por causa de diferentes adversidades -, como a partir de nossas relações familiares. Neste sentido, formamos um único povo: **O POVO DAS ÁGUAS DA LAGOA DOS PATOS!**

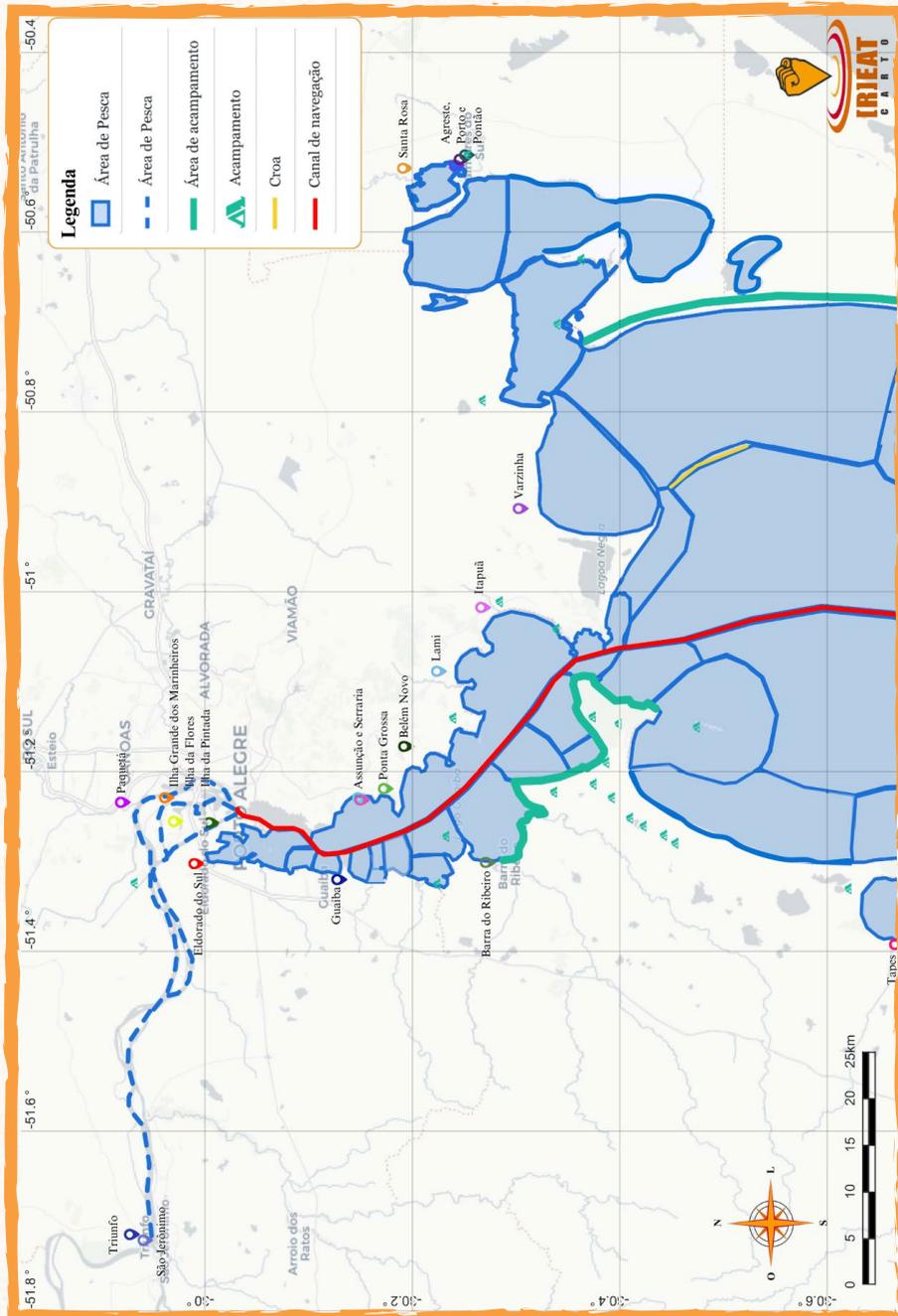


Território tradicional pesqueiro da Lagoa dos Patos





Porção norte da Lagoa dos Patos



Por que defendemos a Lagoa dos Patos?

A Lagoa dos Patos faz parte da nossa vida e dependemos totalmente de sua integridade para a manutenção do nosso modo de vida tradicional, que é sustentado pela nossa relação com a natureza.

As águas, as ilhas, as margens, os campos, as florestas, os banhados, as casas, as embarcações, os caminhos que percorremos e que navegamos, a captura e o preparo do pescado, as festas, as comidas, os jogos, os artesanatos e tudo mais que envolve nossas práticas passadas por gerações: tudo isso é parte das nossas tradições!

Diversas atividades econômicas e políticas públicas, inclusive pesquisas, têm ameaçado ou prejudicado a nossa permanência no território e a continuidade de tudo o que integra e ampara nossos modos de vida. Mas nós preservamos um modo de vida único, que deve ser respeitado e protegido conforme a legislação brasileira e os acordos internacionais aprovados pelo Brasil. Queremos a Lagoa dos Patos como um território pesqueiro livre de ameaças ao nosso povo e a tudo que sustenta nossas vidas.





Com base em quê defendemos a Lagoa dos Patos?

Para viver com dignidade, **temos nos organizado e construído diversas estratégias de luta e solidariedade entre nós**. Como **povo tradicional** que somos, organizado em diversas **comunidades tradicionais** e estando protegidos pela Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho – a qual denominamos de OIT 169 –, **temos direito à consulta livre, prévia, informada e consentida** sempre que algo puder interferir em nossos modos de vida e trabalho tradicionais e em nosso território em água e terra.

Além da OIT 169, temos buscado a garantia de nossos direitos através da implementação efetiva da Constituição Federal, do Decreto nº 6.040/2007, e de outros atos normativos em nível federal, estadual e municipal, com base naquilo que entendemos ser o melhor para nós. Fruto de mais uma de nossas conquistas, construímos este documento para ser o nosso **protocolo de consulta livre, prévia, informada e consentida, do qual denominamos de “Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos/RS”**.



Como construímos o nosso protocolo de consulta?

De forma participativa, com pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades, a partir da parceria entre MPP, Fóruns da Pesca Artesanal e FURG. Realizamos um conjunto de atividades que passaram pelo diálogo inicial, mobilização de lideranças, oficinas comunitárias de valorização da pesca artesanal, de nossas comunidades e de nossos territórios e um encontro regional com representantes das comunidades, envolvendo a elaboração e aprovação do protocolo. Ao longo deste processo, participaram 531 pessoas ativamente, sendo 315 pescadores homens e 216 mulheres pescadoras, envolvendo 44 comunidades pesqueiras e 14 municípios.



O que queremos?

Reconhecimento do nosso território tradicional aquático e terrestre.

Respeito ao direito à consulta prévia, livre, informada e consentida, como previsto na OIT 169.

Garantia de dizer não e vetar quaisquer propostas que prejudiquem uma ou mais comunidades tradicionais pesqueiras.

Que qualquer instituição externa (organizações sociais, instituições governamentais - municipais, estaduais e federais - e não governamentais, empresas, universidades, instituições de pesquisa e outras) nos consulte sobre questões que afetem nossas vidas e nosso território.

Que o nosso protocolo valha para decisões futuras, mas também do passado que afetam o presente e o futuro das nossas comunidades.

Respeito aos nossos direitos, cultura e modos de vida tradicionais, bem como nosso tempo e nossas definições sobre locais, datas e horários em que poderá acontecer a consulta para não atrapalhar o cotidiano das comunidades, evitando períodos de safra.

Cópias impressas e digitais, com informações precisas e completas e em linguagem clara, das propostas que afetem nossas vidas, entregues em quantidade suficiente para as organizações de pescadores e pescadoras artesanais.

Respeito ao tempo necessário para que todas as comunidades, que possam vir a ser afetadas pela proposta, discutam até chegar a um acordo.

Que sejam feitas reuniões quantas vezes for necessário para garantir que todas as pessoas compreendam a proposta, inclusive idosas, crianças e não alfabetizadas.

Que as consultas, quando de propostas de empreendimentos e/ou de atividades econômicas em licenciamento ambiental, sejam conduzidas pelas comunidades, tratadas com os órgãos responsáveis do poder público e custeadas pelo empreendedor, inclusive se solicitado, com custeio de **assessoria técnica independente** definida por nossas entidades.

Que os agentes externos que participarem da consulta com nossa autorização, tenham empatia, escuta ativa e capacidade técnica para sanar as nossas dúvidas e de qualquer outra pessoa e organização de confiança que convidamos para nos acompanhar durante o processo de consulta.

Que qualquer visitante se identifique previamente às organizações de pescadores e pescadoras, em nível comunitário e municipal, quando entrar nas comunidades para tratar de propostas que afetem nossas vidas.

Que agentes externos apresentem suas propostas para as entidades previstas no quadro de detalhamento das etapas da consulta, de acordo com a escala do impacto.

Que forças de segurança pública ou privada estejam presentes única e exclusivamente com devida justificativa e autorização expressa das comunidades nos processos da consulta, para proteção da integridade física de todos e não como agentes de coerção ou violência sobre a comunidade.

Que não sejam feitos registros (áudio, vídeo e fotos) sem autorização prévia das organizações de pescadores e pescadoras envolvidas na consulta. Se for autorizado, devem ser entregues cópias dos registros às organizações, e em caso de constatação de possíveis prejuízos às comunidades, a autorização sobre posse e uso desses registros poderá ser revogada.

Que os interessados em nos consultar assumam os custos da consulta. Se houver reuniões fora de nossas comunidades ou envolvendo mais de uma, deve ser garantido o transporte, a alimentação, a estadia e demais despesas necessárias para que os(as) representantes das comunidades, das organizações de pesca e das entidades parceiras que desejarmos estejam presentes.



Assessoria Técnica Independente:

São profissionais que possuem uma qualificação específica (advogado, químico, biólogo, geógrafo, sociólogo, antropólogo etc) e que podem contribuir para sanar dúvidas sobre a proposta, a partir de seu conhecimento, incluindo a realização de análises sobre o ambiente e/ou elaboração de pareceres. Eles serão escolhidos por nossas organizações e/ou lideranças e não podem ser pessoas com vinculação ou interesse na proposta.

Sobre o que queremos ser consultadas?

Normas pesqueiras aplicadas ao nosso território tradicional de pesca, que possam causar impactos sobre o nosso modo de vida, a exemplo da definição de listas de espécies ameaçadas de extinção e outras medidas de gestão pesqueira.

Proposição de criação e alteração de unidades de conservação no nosso território tradicional.

Projetos ou medidas que possam gerar a proibição ou restrição do uso de algum recurso natural do território, como a lagoa.

Legislações municipais, estaduais e federais que afetam as comunidades, a exemplo da criação de taxas e impostos.

Legislações sanitárias que descaracterizem nosso modo de produzir os alimentos que são resultado de nossas práticas tradicionais.

Mudanças no planejamento do município e comunidades.

Projetos turísticos, religiosos e eventos que impactem no cotidiano das comunidades.

Projetos e empreendimentos em construção ou a serem implementados que possam gerar impactos sobre a dinâmica social, econômica e ambiental no nosso território, entre outros, mineração, instalação de parques eólicos, exploração e escoamento de petróleo e gás, atividades portuárias, zona industrial, navegação, dragagens e rodovias.

Instalação de empreendimentos imobiliários que possam atingir nosso modo de vida tradicional.

Projetos de exploração agropecuária, aquicultura e silvicultura.

Pesquisas sobre nossos modos de vida, nossas características sociais e econômicas e sobre as condições ambientais de nossos territórios.

Qualquer contexto que resulte em ameaça, risco à saúde, vida e segurança das famílias das comunidades.



Como deve ser o processo de consulta?

A consulta deve ser realizada de maneira **prévia**, ou seja, antes que ocorra qualquer alteração no território, por empreendimentos, políticas públicas, serviços ou pesquisas. Deve ser avisada, agendada e esclarecedora. Em outras palavras, a consulta não pode acontecer quando essas propostas já estiverem em andamento, porque as comunidades precisam dizer se querem ou não que ela aconteça.

Deve ser realizada de maneira **livre**, sem ameaças, sem constrangimentos, no tempo das comunidades e sem pressão do estado ou de qualquer outro agente externo.

A consulta também deve ser **informada**, isso quer dizer que deve conter todas as informações sobre o empreendimento, a política pública, a pesquisa e principalmente seus riscos e impactos possíveis, sem deixar dúvidas, para que as comunidades decidam se concordam ou não com a proposta.

É necessário que seja de **boa-fé**, ou seja, que haja honestidade e boa intenção, sem desrespeitar as comunidades e que atenda às regras estabelecidas neste documento. Também consiste **boa-fé** não difamar lideranças e não questionar os acordos locais, incluindo pessoas e organizações parceiras do qual temos apoio.

A consulta deve ser conduzida por nossas organizações, do qual nos articulamos em diferentes escalas; em diálogo com o poder público responsável, incluindo o órgão ambiental quando se tratar de consulta relacionada a empreendimentos econômicos; e ser custeada pelos agentes externos, interessados em alterar o nosso território.

O procedimento para consulta deve considerar nossa organização social, política e comunitária, envolvendo as diversas organizações representativas dos pescadores e pescadoras que atuam no território. Ou seja, nossas organizações deverão ser as primeiras a serem procuradas, para organizar o processo de consulta pública. São elas:

Entidades de pescadores e pescadoras, associações de pescadores e pescadoras em nível comunitário ou outras formas de organização existentes e reconhecidas pelas comunidades, ainda que não sejam formalmente registradas, no qual denominamos de **coletivos organizados de pescadores e pescadoras artesanais**;

Colônias ou Sindicatos de Pescadores e Pescadoras Artesanais organizadas em nível municipal;

Fórum da Lagoa dos Patos, que representa os pescadores e pescadoras artesanais que praticam a pesca na porção estuarina da Lagoa dos Patos;

Fórum Delta do Jacuí, que representa os pescadores e pescadoras artesanais da porção central, norte da Lagoa dos Patos, do Lago Guaíba e Delta do Jacuí;

Federação dos Pescadores e Aquicultores do RS (FEPARS).

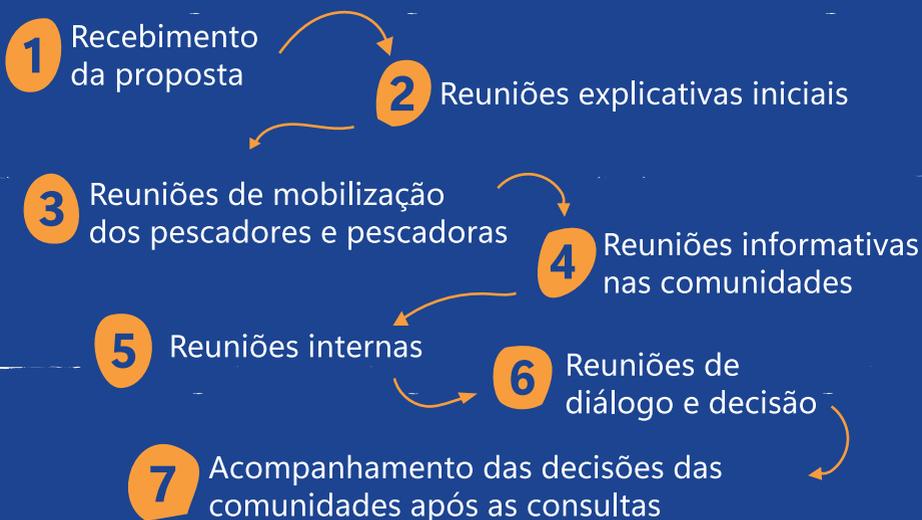
Destacamos que ninguém representa a comunidade de forma individual, ninguém representa o município de forma individual e ninguém representa os pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos de forma individual.

Coletivos organizados de pescadores e pescadoras artesanais:

Trata-se de organizações de pescadores e pescadoras artesanais, em nível comunitário, mas que não se constituíram formalmente enquanto associação, mas que são reconhecidos(as) por sua atuação organizada.

Quais as etapas da consulta?

As etapas da consulta e as organizações de pescadores e pescadoras a serem envolvidas têm a ver com a escala dos impactos e/ou alterações propostas para o nosso modo de vida e nosso território, considerando sua porção aquática e terrestre.



1. Recebimento da proposta

Corresponde à etapa em que nossas organizações de pescadores e pescadoras situadas no território recebem dos órgãos públicos responsáveis pela implementação da política ou pela regulamentação do empreendimento as informações contendo todos os documentos necessários a nossa compreensão e avaliação da proposta, como projetos, objetivos, mapas, estudos, relatórios, cronogramas, indicadores ambientais, sociais e econômicos atualizados, minutas de normas, entre outros. O quadro abaixo lista as organizações que inicialmente deverão receber os projetos, considerando a escala dos impactos da proposta.

Escala dos impactos gerados pela proposta	Organizações receptoras da proposta
<p>Comunitária (restrito a uma comunidade)</p>	<p>Associação comunitária de pescadores e pescadoras e/ou Coletivo organizado de pescadores e pescadoras</p> <p>Colônia ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras</p>
<p>Municipal (mais de uma comunidade e restrito a um município)</p>	<p>Associações comunitárias de pescadores e pescadoras e/ou Coletivos organizados de pescadores e pescadoras</p> <p>Colônia ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras</p> <p>Fórum da Pesca, considerando sua atuação no município</p>
<p>Regional (norte da Lagoa dos Patos)</p>	<p>Fórum Delta do Jacuí</p> <p>Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP (Coordenação Rio Grande do Sul)</p> <p>Federação dos Pescadores e Aquicultores do RS (FEPARS)</p> <p>Colônias ou Sindicatos de Pescadores e Pescadoras</p> <p>Associações Comunitárias de Pescadores e Pescadoras e/ou Coletivos Organizados de Pescadores e Pescadoras</p>
<p>Regional (sul da Lagoa dos Patos)</p>	<p>Fórum da Lagoa dos Patos</p> <p>Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP (Coordenação Rio Grande do Sul)</p> <p>Federação dos Pescadores e Aquicultores do RS (FEPARS)</p> <p>Colônias e/ou Sindicatos de Pescadores e Pescadoras</p> <p>Associações Comunitárias de Pescadores e Pescadoras e/ou Coletivos Organizados de Pescadores e Pescadoras</p>
<p>Lagoa dos Patos (afeta a porção central da Lagoa e/ou ambas as regiões da Lagoa)</p>	<p>Fórum Delta do Jacuí</p> <p>Fórum da Lagoa dos Patos</p> <p>Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP (Coordenação Rio Grande do Sul)</p> <p>Federação dos Pescadores e Aquicultores do RS (FEPARS)</p> <p>Colônias e/ou Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras</p> <p>Associações Comunitárias de Pescadores e Pescadoras e/ou Coletivos organizados de pescadores e pescadoras</p>

Todos os documentos deverão ser entregues digitalizados e impressos, em linguagem clara, com informações precisas e completas. As organizações de pescadores e pescadoras receptoras da proposta deverão se reunir, verificar organizações faltantes, dar ciência a essas faltantes e às lideranças comunitárias. Em comum acordo, irão decidir quem se encarregará de organizar o seguinte passo e será informado ao órgão público, responsável por dialogar conosco.

No caso de **projetos de pesquisa e de extensão universitária**, a proposta pode ser encaminhada diretamente pelo(a) pesquisador(a) responsável, considerando a escala da proposta e os requisitos em relação às informações e à linguagem. Ao final do documento, encontra-se uma sessão do qual abordamos o passo a passo sobre projetos de pesquisa e de extensão.



2. Reuniões explicativas iniciais

Corresponde à etapa em que devem ocorrer reuniões iniciais para que os agentes externos, que são proponentes da regra, política pública ou pelo licenciamento do empreendimento, possam explicar os detalhes da proposta para as nossas lideranças, responsáveis pela condução das reuniões de mobilização de pescadores e pescadoras e reuniões internas. Para as reuniões explicativas iniciais, as organizações de pescadores(as) receptoras e as lideranças comunitárias poderão convidar pessoas e organizações parceiras e solicitar assessoria técnica independente. Quando as organizações dos(as) pescadores(as) e as lideranças definirem quando e onde será realizada a reunião, os(as) responsáveis pela proposta deverão arcar com as despesas dela decorrentes. Reiteramos que sempre que a proposta envolver atividades econômicas e empreendimentos, o poder público deverá estar presente e conduzir qualquer procedimento referente a essa explicação.

3. Reuniões de mobilização dos pescadores e pescadoras

Corresponde à etapa em que as nossas organizações e lideranças locais, de maneira integrada, farão reuniões nas comunidades pesqueiras para mobilizar os moradores e as moradoras e informar sobre a existência do projeto.



4. Reuniões informativas nas comunidades

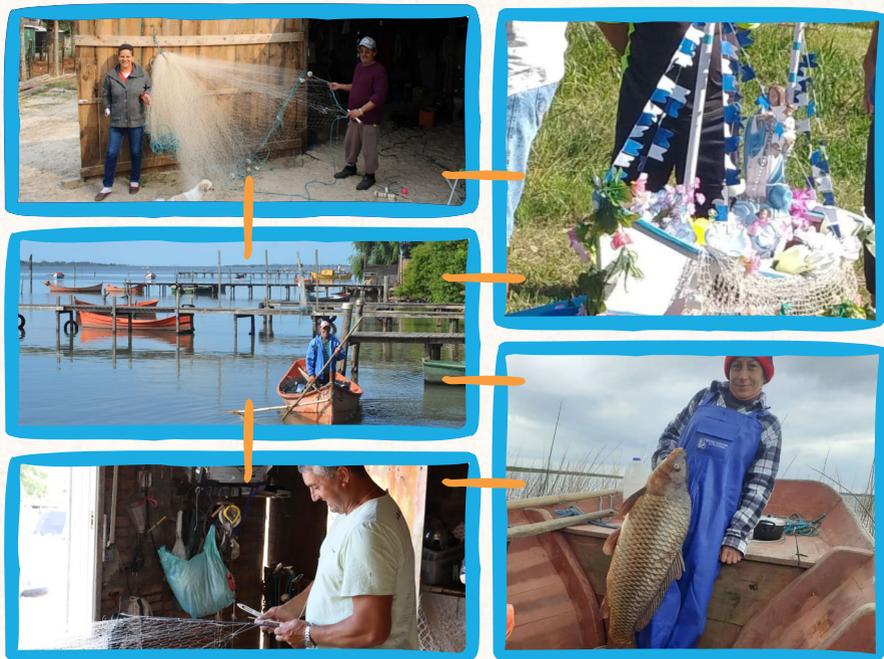
Corresponde à etapa em que serão realizadas as reuniões, quantas forem necessárias, para que os agentes externos expliquem os detalhes da proposta e as possíveis consequências para a comunidade ou território tradicional com a execução da proposta. Nos casos em que a proposta envolver atividades econômicas e empreendimentos, o poder público deverá estar presente e conduzir qualquer procedimento referente a essa explicação. Essas reuniões informativas serão realizadas até que todas as pessoas entendam a proposta e não tenham mais dúvidas. Deverá ocorrer em todas as comunidades pesqueiras passíveis de serem impactadas pela proposta, sempre presencialmente. Ressaltamos que queremos ser informados(as) sobre os benefícios, assim como os riscos e impactos negativos sobre nosso modo de vida, nossas tradições e sobre os recursos naturais. Para estas reuniões, as organizações e lideranças de pesca também poderão convidar pessoas ou organizações parceiras e com assessoria técnica independente, indicada por nossas organizações e custeada pelos responsáveis pela proposta.

5. Reuniões internas

Nesta etapa precisamos de um tempo (o tempo da comunidade) para nos reunirmos e discutirmos até chegarmos em um acordo. Essa etapa acontece sem a participação do governo, das ONGs, empresas ou pesquisadores(as). Vamos fazer nossas próprias reuniões entre pescadores e pescadoras e, se necessário, convidamos pessoas e organizações parceiras, de nossa confiança e que não possuem relação com a proposta, para discutir sobre a proposta e tomar a decisão de forma coletiva. Se aparecerem mais dúvidas ou novas informações forem acrescentadas, iremos propor mais **reuniões informativas** até nos informarmos completamente para tomar as decisões.

6. Reuniões de diálogo e decisão

Esta etapa será o momento em que após nossas comunidades terem as informações necessárias, em uma linguagem clara, e terem discutido no seu tempo para tomar uma decisão coletiva, se reunirão com o governo, empresas, ONGs ou outros agentes externos para informar sua decisão e ouvir o que o governo ou os demais agentes têm a dizer. Nestas reuniões queremos a participação de representantes da proposta que tenham competência técnica e poder de decisão política sobre o tema para discutir com as comunidades e firmar os acordos. Não aceitaremos fazer acordos nessas reuniões e depois ter a negativa das instâncias superiores. No caso de empreendimentos, o poder público, será o responsável pelos compromissos assumidos com as comunidades. De maneira similar as etapas anteriores, para estas reuniões, as organizações e lideranças poderão convidar pessoas ou organizações parceiras. O **não** é uma resposta que deve ser respeitada.



7. Acompanhamento das decisões das comunidades após as consultas

Esta etapa prevê os mecanismos de acompanhamento por nossas lideranças e nossas organizações sobre a decisão tomada. Se a proposta for aceita, deverá ser apresentada em até 15 dias úteis da reunião de diálogo e decisão uma proposta de **projeto de comunicação com as comunidades pesqueiras**, elaborado em reunião com as organizações de pesca e lideranças comunitárias envolvidas e o agente externo.

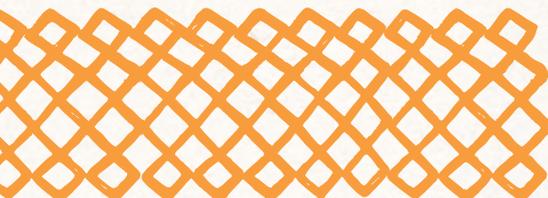
O projeto de comunicação com as comunidades pesqueiras tem o objetivo de possibilitar que nossas organizações, lideranças e nós, pescadores e pescadoras, possamos acompanhar a implementação das decisões decorrentes do processo de consulta, considerando todas as nossas exigências. O projeto de comunicação deve prever momentos de reuniões periódicas presenciais para apresentação do andamento da política pública, empreendimento ou regra que foram objeto da consulta com as comunidades. Todo o projeto de comunicação deve ser custeado pelas organizações responsáveis pelas políticas públicas ou empreendimentos. Queremos contar com cronograma de informes, material impresso expostos em locais comunitários, com dados atualizados e com a colaboração do responsável técnico para o avanço da proposta. Deveremos ter acesso ao número do processo e seu conteúdo e à cópia impressa dele. Se necessário, convidaremos organizações ou pessoas parceiras para nos auxiliarem neste momento.

Comunicação com as comunidades pesqueiras:

Ações, meios e conteúdos que se referem às trocas de informação e conhecimento entre pessoas envolvidas na consulta, isso inclui o Estado, empreendedores, dentre outros, e as organizações de pescadores e pescadoras, lideranças e moradores e moradoras das comunidades pesqueiras, além dos meios por onde nos comunicamos, as razões e interesses pelos quais nos comunicamos, os formatos em que nos comunicamos e quaisquer ações comunicativas.

Se a proposta não for aceita, é necessário que os órgãos públicos responsáveis apresentem os documentos que demonstrem como o “não” foi acatado pelo mesmo.

Também queremos ser respeitados se, uma vez aceita a proposta, decidirmos parar com seu avanço por entender que ela nos representa ameaça. Neste sentido, solicitamos a interrupção imediata das ações e que novas consultas sejam mediadas pelo Ministério Público, que faça a revisão do projeto original, garantindo que não haja novos descumprimentos.



Todas as propostas passam por todas as etapas?

Sim, mas há exceção. Quando a proposta se tratar de projeto de pesquisa ou de extensão universitária sobre o território, envolvendo tanto suas componentes ambientais, ou com pessoas da comunidade, a proposta terá um caminho diferente. Consideramos que as pesquisas acadêmicas e a extensão universitária são importantes e podem ajudar as nossas comunidades e nosso território, mas elas também podem nos gerar prejuízos aos nossos modos de vida: 1) auxiliando a construção de uma visão negativa e depreciativa sobre nós, como se fôssemos atrasados(as) ou predadores(as); 2) não publicando os dados ou não nos dando acesso aos seus resultados; 3) facilitando aos órgãos públicos ou a empresas que almejam instalar empreendimentos poluidores em nosso território; 4) contribuindo com o estabelecimento de políticas públicas que nos afetam negativamente, dentre outros exemplos.

Assim, consideramos que os projetos de pesquisa e de extensão universitária devem atender aos princípios da ética, da transparência e da boa fé. Consideramos que, prioritariamente, pesquisa e extensão sejam propostos considerando nossas demandas e nossos conhecimentos. Por isso, decidimos que projetos de pesquisa e de extensão universitária também necessitam de consultas e devem ser desenvolvidos em diálogo conosco.



Como funciona a consulta quando se trata de projetos de pesquisa e de extensão universitária?

O projeto de pesquisa ou de extensão universitária deve ser encaminhado às nossas organizações de pesca, antes de seu início, que agendará uma reunião com participação das lideranças comunitárias e pescadores(as) para sua apresentação, conforme quadro abaixo.

Escala da pesquisa e/ou extensão	Organizações receptoras da proposta	Organização da Reunião
Comunitária (restrito a uma comunidade)	Associação comunitária de pescadores e pescadoras ou Coletivo Organizado de Pescadores e Pescadoras	Reunião realizada pela Colônia e/ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras, Associação Comunitária de Pescadores e Pescadoras ou Coletivo Organizado de Pescadores e Pescadoras, na comunidade em que se deseja desenvolver a pesquisa ou o projeto de extensão
	Colônia ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras	
Municipal (mais de uma comunidade e restrito a um município)	Associações Comunitárias de pescadores e pescadoras e/ou Coletivos Organizados de Pescadores e Pescadoras	Reunião realizada pela Colônia ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras com as organizações comunitárias de pescadores e pescadoras e/ou coletivos organizados de pescadores e pescadoras, em localidade a ser definida pelas organizações envolvidas, no município em que se deseja desenvolver a pesquisa ou projeto de extensão
	Colônia ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras	
Regional (norte da Lagoa dos Patos e quando envolver regionalmente comunidades pesqueiras que integram o território da Lagoa dos Patos, mesmo que estejam em municípios limítrofes ao Lago Guaíba e ao Delta do Jacuí)	Fórum Delta do Jacuí	Reunião do Fórum Delta do Jacuí
	Colônias e/ou Sindicato de Pescadores e Pescadoras	
	Federação dos Pescadores e Aquicultores do RS (FEPARS)	
Regional (sul da Lagoa dos Patos)	Fórum da Lagoa dos Patos	Reunião do Fórum da Lagoa dos Patos
Lagoa dos Patos (envolve a porção central da Lagoa e/ou ambas as regiões da Lagoa)	Fórum Delta do Jacuí	Reunião do Fórum Delta do Jacuí e do Fórum da Lagoa dos Patos
	Fórum da Lagoa dos Patos	
	Colônias ou Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras	

No projeto de pesquisa e de extensão universitária deve constar todas as informações, de forma precisa e completa, incluindo justificativa, objetivos, resultados esperados, possíveis riscos e prejuízos decorrentes da execução. As organizações de pescadores(as) e lideranças poderão solicitar às pessoas e/ou organizações parceiras para receber e avaliar a proposta, informando às organizações e lideranças comunitárias sobre os possíveis benefícios e riscos envolvidos.

Após reunião de apresentação do projeto, as organizações responsáveis irão assinar **um termo de compromisso para realização do projeto de pesquisa ou de extensão universitária, conforme anexo**. Após início da pesquisa ou do projeto de extensão, o(a) pesquisador(a)/extensionista deverá encaminhar um cronograma para apresentação dos **resultados parciais e final do projeto, em reuniões com as organizações de pescadores e pescadoras envolvidas**. Sempre que houver dúvidas ou receios em relação aos objetivos e aos resultados do projeto, **os(as) pesquisadores(as)/extensionistas se disponibilizarão a dialogar com nossas organizações**.

Ao término do projeto, cópia do material produzido com os resultados da pesquisa ou extensão deverá ser encaminhado a nossas organizações e pesquisadores(as) deverão apresentar os resultados em reunião presencial, agendada com as comunidades. Quando a pesquisa prever estratégias de divulgação para a sociedade, deverá considerar estratégias específicas a nossa realidade, seja em relação à linguagem, seja em relação aos meios de comunicação. As estratégias de divulgação deverão prever reuniões presenciais com nossas organizações.

Considerações finais

A nossa intenção não se restringe apenas a garantir o direito à consulta das comunidades tradicionais pesqueiras que se envolveram com o processo de construção deste protocolo, mas **faz parte de nosso esforço para que siga viva a Lagoa dos Patos e as nossas tradições.**

Deixamos claro que nenhuma pessoa responde individualmente por qualquer uma das comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos, tampouco pela sua totalidade, e **esclarecemos que as consultas devem ser realizadas considerando todas as orientações deste protocolo.**

Este documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal e Estadual, para que garanta o nosso direito enquanto povos e comunidades tradicionais, fiscalizem os órgãos públicos e não permita que nenhum agente externo atue de forma coercitiva junto às nossas comunidades.



Termo de compromisso de projeto de pesquisa ou extensão

Eu, [nome do(a) pesquisador(a)], pesquisador(a) vinculado(a) a [nome da instituição vinculada], responsável pelo projeto de pesquisa [título do projeto de pesquisa], cujo objetivo é [objetivo geral da pesquisa], declaro meu compromisso com as comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos para a realização do referido projeto.

Declaro que o projeto mencionado será conduzido conforme requisitos e diretrizes estipuladas no Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos/RS, atendendo aos princípios da ética, da transparência e da boa fé estabelecidos pela Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho, pela Constituição Federal e pelo Decreto nº 6.040/2007, como também pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pelo Conselho Nacional de Saúde no que se refere à ética em pesquisa que envolva seres humanos.

Estou ciente do que, quando e como as comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos querem ser consultadas, conforme seu Protocolo de Consulta, e me comprometo a respeitá-las e a dialogar tanto durante a execução do projeto como após seu término. Declaro que disponibilizei todas as informações precisas e completas, incluindo justificativa, objetivos, resultados esperados, possíveis benefícios, riscos e prejuízos decorrentes da execução, dentre outras informações pertinentes para a compreensão e avaliação adequadas do projeto.

O projeto foi aprovado em reunião em [dia, mês e ano], junto à [organização/organizações de pescadores e pescadoras envolvidas na consulta], cuja previsão de execução do projeto é de [mês e ano de início do projeto] a [mês e ano de término do projeto].

Declaro compromisso com a entrega do cronograma de apresentação dos resultados parciais e finais ainda no início do projeto e das cópias das produções associadas ao longo de todo o projeto, com as estratégias de divulgação com as organizações de pescadores e pescadoras da Lagoa dos Patos, assim como com todos os acordos realizados com a(s) comunidade(s).

Compreendo que projetos de extensão e/ou pesquisa podem gerar riscos e prejuízos às comunidades pesqueiras e que o diálogo intercultural qualifica o processo científico, este que muitas vezes ignora os conhecimentos tradicionais ou escolhe de modo unilateral temas de pesquisa e ações de extensão e divulga os resultados sem passar pela validação e aprovação das pessoas envolvidas. Por isso, apresentarei os resultados à(s) comunidade(s) e apenas com seu consentimento farei a sua divulgação.

Também estou ciente de que esse termo de compromisso pode ser suspenso por decisão da(s) comunidade(s) envolvida(s) na pesquisa, se constatada ameaça e prejuízos ao território e aos modos de vida tradicionais por meio do projeto. Além disso, sei que a decisão deverá ser informada à instituição da qual tenho vínculo e acatarei a decisão, que pode envolver o impedimento do acesso às comunidades e proibição do uso das informações colhidas.

Declaro que toda a equipe do projeto está sob minha responsabilidade, com as quais me comprometo a orientar para cumprir os termos da Lei, inclusive do Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos/RS.

[Local, dia, mês e ano]

[Assinatura gov.br]

[Nome do(a) responsável]

[Documento de identificação]

Expediente

Este documento foi elaborado e aprovado no Encontro Regional de pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos/RS, realizado entre os dias 28 a 30 de maio de 2025, no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico (CIDEC) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e envolveu, ao longo do processo, a participação de 315 pescadores e 216 pescadoras das seguintes comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos:

Arambaré: Santa Rita

Barra do Ribeiro: Barra do Ribeiro

Eldorado do Sul: Eldorado do Sul

Guaíba: Guaíba

Mostardas: Caieira e Beco da Laurinda

Palmares do Sul: Porto, Agreste e Pontão

Pelotas: Pontal da Barra, Balsa, Ponte, Vila da Palha, Colônia Z3 e Doquinhas

Porto Alegre: Lami, Belém Novo, Ilha das Flores, Ilha da Pintada e Ilha Grande dos Marinheiros

Rio Grande: Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama, Pesqueiro, Alegria, Prado, Bosque, Matadouro e São Miguel

São José do Norte: Barranco, Estreito, Gravatá, Passinho, Capivaras, São Caetano, Saraiva, Retovado, Retiro, Inhame e 5ª Seção da Barra

São Lourenço do Sul: Barrinha e Navegantes

Tapes: Vila dos Pescadores

Tavares: Capão Comprido

Viamão: Itapuã e Varzinha

Assessoria Técnica: Tatiana Walter; Fabiane Fagundes Fonseca; Fabrício Paula de Souza; Rubilaine Borges da Costa; Caio Floriano dos Santos; Matthews Rocha Mello; Bianca Caetano; Júlia Ribeiro; Giulia Câmara Caldas; Liandra Peres Caldasso; Viviani Machado Alves

Sistematização da cartografia social e elaboração dos mapas: Giulia Câmara; Layon Brum; Carlos Eduardo Albuquerque; Guilherme Carlé; Kethellyn Cabreira. Mapa criado através do ReatCarto®. Bases Cartográficas: @OpenStreetMaps - Google Satélite - Leaflet

Fotos: Alana da Silva; Alexandre Santos Vaz; Claudinei Aredes do Pinho; Daniela Soler; Danieli Silveira da Silva; Danúbio Souza de Souza; Dhaniely Ferrari; Diego Winter; Dinarte Coelho Amorim; Elenita da Rosa; Fabrício Souza; Juliano Lemos Vilela; Latiefh Alves Aziz; Laura Larrossa; Leon Gonçalves; Marcia Pereira de Souza; Max Suel; Paula Cardoso; Sainara Lopes; Sony Araújo Jardim; Tiago Collares.

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações: Leon Barreto Gonçalves Rosa; Victor Hugo Firmino de Lacerda



Equipe Técnica do Projeto “Valorização das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” envolvida no apoio à produção do documento

Docentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) responsáveis pela Coordenação Geral

Liandra Peres Caldasso
Tatiana Walter
Cristiano Quaresma de Paula

Lideranças do MPP integrantes da equipe de Coordenação

Viviani Machado Alves
Nilmar Silva da Conceição

Pesquisadores(as)-extensionistas graduados(as) integrantes da equipe de coordenação técnica

Fabiane Fagundes da Fonseca
Rubilaine Borges da Costa
Giulia Câmara Caldas
Fabrício Paula de Souza
Juliane da Costa Teixeira
Tiago Goulart Collares

Pesquisadores(as)- extensionistas atuantes na equipe geral

Júlia Leandro Ribeiro
Layon Brum da Silva
Guilherme Vasconcellos Carlé
Bianca Caetano
Leon Gonçalves da Rosa
Matthews Rocha Mello

Caio Floriano dos Santos
Cáren Koch da Rosa
Diego Winter de Freitas
Desirée Fripp dos Santos
Vânia Pierozan
Venine Oliveira dos Santos
Roberto Caldeira Lopes

Estudantes de graduação da FURG atuantes na equipe geral

Carlos Eduardo Albuquerque
Luiza Machado Garcia
Rayssa Rodrigues Adamoli
Ana Daniela Soler Gurgel Saraiva
Dhaniely Ferreira Ferrari
Laura Silva Larrosa
Carmem Jessica Silveira da Silva
Kethellyn Cabreira da Silva
Alana Dourado da Silva
Nair Borges Ávila
Rayssa Lordelo Fatturi
Ana Paula Bork

Pesquisadores(as) que assessoraram a equipe

Leandro Rogério Neves
Victor Hugo Firmino de Lacerda
Lucas Lins Costa



